

Ministério do Trabalho e Emprego

Secretaria Executiva

Subsecretaria de Estatísticas e Estudos do Trabalho

NOTA TÉCNICA

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS

ANO-BASE 2025

1. Apresentação

A Relação Anual de Informações Sociais — RAIS — é um registro administrativo de abrangência nacional, periodicidade anual e declaração obrigatória, instituído originalmente pelo Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975, atualmente disciplinado pelo Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, e pela regulamentação infralegal vigente no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

A RAIS constitui obrigação trabalhista essencial para o cumprimento de diversas competências institucionais do Ministério do Trabalho e Emprego, entre as quais se destacam a fiscalização do trabalho, a identificação de trabalhadores com direito ao abono salarial, a produção de informações sobre vínculos formais de trabalho e a preservação do histórico laboral dos trabalhadores.

Ao longo de sua existência, a RAIS consolidou-se também como uma das principais fontes estatísticas sobre o mercado de trabalho formal brasileiro. Suas informações são utilizadas por formuladores de políticas públicas, pesquisadores, representantes de trabalhadores e empregadores, organismos internacionais, imprensa e demais interessados na caracterização da estrutura ocupacional, setorial, territorial e remuneratória do emprego formal no país.

Para apoiar a disseminação dessas informações, o Ministério do Trabalho e Emprego mantém o Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho — PDET —, voltado à divulgação de estatísticas oriundas de registros administrativos trabalhistas.

A presente Nota Técnica tem por objetivo apresentar aspectos metodológicos e analíticos relevantes para a interpretação dos resultados da RAIS ano-base 2025, especialmente considerando a consolidação da captação dos dados por meio do eSocial, a evolução recente do estoque de empregos formais, a composição dos tipos de vínculo, a dinâmica do setor público, a segmentação dos vínculos celetistas típicos e não típicos, a qualidade das informações de raça ou cor e os indicadores de remuneração.

2. Fonte de dados da RAIS 2025 e consolidação da captação pelo eSocial

Desde 2019, a RAIS vem passando por uma mudança estrutural em sua forma de captação. Gradualmente, a declaração realizada por meio do aplicativo próprio Gerador de Declarações da RAIS — GDRAIS — foi substituída pela utilização das informações prestadas ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas — eSocial.

A transição ocorreu de forma escalonada, conforme o cronograma de implantação do eSocial, que organizou os empregadores em grupos distintos. Os Grupos 1 e 2 passaram a ter sua RAIS constituída a

partir do eSocial desde o ano-base 2019. Os empregadores do Grupo 3 passaram a ser incorporados a partir do ano-base 2022. Por fim, os órgãos públicos e organizações internacionais, integrantes do Grupo 4, passaram a compor integralmente a RAIS por meio do eSocial a partir do ano-base 2023.

Assim, desde a RAIS ano-base 2023, a totalidade dos dados utilizados para a constituição da RAIS passou a ser captada por meio do eSocial. A RAIS 2025 representa, portanto, o terceiro ano-base de divulgação da série em que todos os grupos de empregadores são captados por esse sistema. A Nota Técnica da RAIS 2023 registrou esse marco ao destacar que 2023 foi o primeiro ano-base em que a totalidade dos dados da RAIS foi captada por meio do eSocial, com efeitos relevantes especialmente na declaração do tipo de vínculo pelos órgãos públicos.

Essa mudança trouxe ganhos relevantes de cobertura e integração das informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais. Ao mesmo tempo, exige cautela na interpretação de determinadas comparações temporais, sobretudo quando analisadas variáveis diretamente afetadas pela forma de declaração no eSocial, como tipo de vínculo, natureza jurídica, categoria do trabalhador e informações relacionadas ao setor público.

3. Arquitetura das bases de dados

A RAIS para fins estatísticos está organizada em duas bases principais: a base de vínculos e a base de estabelecimentos.

A base de vínculos registra cada relação formal de trabalho declarada, constituída pela associação entre trabalhador, estabelecimento empregador e vínculo mantido entre ambos. Cada registro contém informações relativas ao estabelecimento, ao trabalhador e ao próprio vínculo.

Entre as variáveis associadas ao estabelecimento estão a atividade econômica, a localização geográfica, a natureza jurídica e o tamanho do estabelecimento. Entre as variáveis associadas ao trabalhador estão sexo, idade, escolaridade, raça ou cor, nacionalidade e tipo de deficiência. Já as variáveis do vínculo incluem data e tipo de admissão, data e causa de desligamento, ocupação, remuneração, jornada contratual, tempo de emprego, tipo de vínculo e demais características contratuais.

A base de estabelecimentos, por sua vez, está organizada no nível do estabelecimento empregador. Ela permite a análise da estrutura dos estabelecimentos declarantes segundo setor de atividade econômica, localização geográfica, natureza jurídica e porte. Desde 1995, os estabelecimentos sem empregados também são obrigados a declarar a chamada RAIS Negativa, o que permite identificar unidades sem vínculos ativos no ano-base.

Cabe observar que, no eSocial, as informações são prestadas no âmbito do empregador, geralmente associado à empresa matriz ou ao ente responsável pela declaração. Para fins estatísticos da RAIS, contudo, as informações são organizadas tendo o estabelecimento como unidade de referência, a partir da identificação do local de trabalho do vínculo.

4. Considerações sobre a comparação temporal da série recente

A RAIS 2025 deve ser interpretada no contexto da consolidação da captação integral pelo eSocial. Diferentemente dos anos-base 2022 e 2023, em que a transição produziu efeitos mais diretos sobre a cobertura e sobre a comparabilidade da série, a divulgação de 2025 já ocorre em um contexto de maior estabilidade do modelo de captação.

Ainda assim, recomenda-se cautela na comparação com anos anteriores, especialmente para variáveis associadas ao setor público e aos tipos de vínculo. A transição para o eSocial alterou a forma pela qual determinados vínculos são informados e posteriormente agregados nas categorias estatísticas da RAIS. Em particular, a experiência observada na RAIS 2023 demonstrou que as categorias de trabalhadores do

eSocial não possuem correspondência direta e automática com os tipos de vínculo historicamente utilizados na RAIS.

Por esse motivo, a interpretação da série recente deve considerar que parte das variações observadas pode refletir não apenas mudanças reais no mercado de trabalho formal, mas também efeitos de aperfeiçoamento da captação, de consolidação das declarações no eSocial e de reclassificação estatística de vínculos.

Essa ressalva é particularmente relevante para a análise dos vínculos estatutários, dos contratos por tempo determinado no setor público, dos contratos regidos por lei municipal ou estadual e dos vínculos não efetivos em órgãos públicos.

5. Principais resultados da RAIS 2025

Em 31 de dezembro de 2025, o estoque de empregos formais no Brasil alcançou 59.970.945 vínculos ativos. Em relação a 2024, houve crescimento de 5,0%, correspondente ao acréscimo de 2.838.789 vínculos formais. O número de estabelecimentos com empregados também cresceu, passando de 4,7 milhões para 4,8 milhões, com variação de 2,1%.

O resultado confirma a continuidade da expansão do emprego formal no período recente. No período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025, foram gerados 7.812.447 vínculos formais por empresas, entes públicos e organizações sem fins lucrativos. Desse total, aproximadamente 5 milhões corresponderam a contratos celetistas e 2,6 milhões a vínculos no setor público, indicando que a dinâmica recente da RAIS foi fortemente influenciada pela expansão dos vínculos públicos, especialmente nos níveis municipal e estadual.

Apesar do crescimento mais intenso do setor público em termos relativos, as entidades empresariais privadas permaneceram como o principal componente do mercado de trabalho formal brasileiro, com 40.071.636 vínculos em 2025, equivalentes a 66,8% do estoque nacional. O setor público, por sua vez, representava 23,6% do total de vínculos, as organizações sem fins lucrativos 6,6% e os contratos com pessoas físicas e outras organizações 0,6%.

O crescimento do emprego formal ocorreu em todos os grandes grupamentos de atividade econômica. O setor de Serviços apresentou a maior expansão absoluta, com aumento de 2.411.696 vínculos, equivalente a crescimento de 7,2%. Em seguida, destacaram-se Comércio, com acréscimo de 172.827 vínculos; Indústria, com 153.103 vínculos adicionais; Construção, com 71.816 vínculos; e Agropecuária, com 29.322 vínculos.

Em termos de estoque, os Serviços concentraram a maior quantidade de empregos formais em 2025, com 35.694.977 vínculos. O Comércio registrou 10.486.872 vínculos, a Indústria 9.016.940, a Construção 2.956.623 e a Agropecuária 1.812.263.

Do ponto de vista regional, o crescimento relativo foi mais intenso nas regiões Nordeste e Norte, ambas com expansão de 10,1%. O Nordeste registrou acréscimo de 1.076.603 vínculos, enquanto o Norte apresentou aumento de 354.753 vínculos. O Centro-Oeste cresceu 5,7%, com aumento de 322.513 vínculos. As regiões Sudeste e Sul, embora tenham apresentado crescimento relativo inferior à média nacional, registraram aumentos absolutos expressivos, de 807.240 e 285.514 vínculos, respectivamente.

A distribuição regional do emprego formal permaneceu concentrada no Sudeste, responsável por 47,4% do estoque nacional, seguido pelo Nordeste, com 19,5%, e pelo Sul, com 16,8%.

Entre as Unidades da Federação, todas apresentaram variação absoluta positiva no estoque de vínculos formais. Em termos relativos, destacaram-se Amapá, com crescimento de 20,5%; Piauí, com 13,2%; Alagoas, com 13,0%; e Paraíba, com 12,9%. Em termos absolutos, os maiores aumentos ocorreram em

São Paulo, com 357.493 vínculos adicionais; Bahia, com 266.035; Minas Gerais, com 224.876; e Ceará, com 195.462.

6. Natureza jurídica e crescimento do setor público

A análise por natureza jurídica mostra que a maior parte dos vínculos formais em 2025 encontrava-se em entidades empresariais privadas, que totalizaram 40.071.636 vínculos, correspondendo a 66,8% do estoque nacional. Em relação a 2024, essa categoria apresentou crescimento de 2,6%, equivalente ao acréscimo de 1.031.571 vínculos.

O setor público, incluindo administração pública federal, estadual, municipal, outras formas de setor público e empresas estatais, totalizou 14.125.683 vínculos em 2025, correspondendo a 23,6% do estoque nacional de empregos formais.

O crescimento do setor público foi um dos elementos centrais da expansão do emprego formal em 2025. Destaca-se especialmente o setor público municipal, que passou de 6.506.285 vínculos em 2024 para 7.688.914 em 2025, com variação absoluta de 1.182.629 vínculos e crescimento relativo de 18,2%. O setor público estadual também apresentou crescimento expressivo, passando de 3.911.654 para 4.314.672 vínculos, acréscimo de 403.018 vínculos, equivalente a 10,3%. O setor público federal cresceu 7,2%, com acréscimo de 92.246 vínculos, enquanto as empresas estatais apresentaram leve retração, de -0,4%.

Esse comportamento sugere que a expansão recente do emprego formal captada pela RAIS não pode ser interpretada apenas como resultado da dinâmica das empresas privadas. A municipalização e a estadualização dos vínculos captados via eSocial assumem papel relevante na composição do crescimento total, especialmente pela ampliação de vínculos públicos não efetivos, contratos por tempo determinado e contratos regidos por legislação estadual ou municipal.

Assim, embora o setor privado continue respondendo pela maior parcela do estoque formal, o crescimento relativo mais intenso do setor público torna essa dimensão essencial para a leitura dos resultados da RAIS 2025.

7. Tipo de vínculo e composição do emprego formal

Por tipo de vínculo, os celetistas totalizaram 46.127.823 vínculos em 2025, crescimento de 2,6% em relação a 2024. Dentro desse grupo, os vínculos celetistas por prazo indeterminado chegaram a 43.186.118, com aumento de 1.142.027 vínculos, equivalente a 2,7%. Os vínculos celetistas por prazo determinado totalizaram 2.941.705, com crescimento de 1,4%.

Os vínculos estatutários, considerando a agregação adotada pela RAIS, totalizaram 12.656.725 em 2025, crescimento de 15,2% em relação a 2024, equivalente ao acréscimo de 1.669.762 vínculos.

Entre os componentes desse agregado, os estatutários efetivos passaram de 6.294.414 para 6.502.635 vínculos, aumento de 208.221 vínculos, ou 3,3%. Os estatutários vinculados ao Regime Geral de Previdência Social — RGPS — passaram de 1.473.264 para 1.513.265 vínculos, aumento de 40.001 vínculos, equivalente a 2,7%.

As maiores variações relativas e absolutas, contudo, ocorreram em categorias associadas a formas não efetivas ou temporárias de vínculo no setor público. Os estatutários não efetivos passaram de 855.349 para 1.339.893 vínculos, crescimento de 484.544 vínculos, ou 56,6%. Os contratos regidos por lei municipal passaram de 1.113.283 para 1.868.691 vínculos, acréscimo de 755.408 vínculos, equivalente a 67,9%. Já os contratos regidos por lei estadual passaram de 1.205.654 para 1.385.596 vínculos, aumento de 179.942 vínculos, ou 14,9%.

Esses resultados reforçam a necessidade de interpretar a expansão do emprego formal no setor público considerando não apenas o aumento do estoque total, mas também a composição interna dos vínculos. A

elevação de contratos por tempo determinado, vínculos não efetivos e contratos regidos por legislação estadual ou municipal aponta para uma mudança relevante na estrutura dos vínculos públicos captados pela RAIS.

As demais formas de vínculo, agrupadas em “Outros”, totalizaram 1.186.397 vínculos em 2025, com retração de 13.422 vínculos em relação a 2024, equivalente a -1,1%. Essa queda foi puxada sobretudo pela redução dos diretores, que passaram de 38.071 para 23.759 vínculos, variação de -37,6%, e dos trabalhadores avulsos, que passaram de 151.365 para 111.467 vínculos, queda de -26,4%. Também houve redução entre temporários, de -7,7%, e contratos por prazo determinado, de -2,4%.

Em sentido oposto, os aprendizes apresentaram crescimento expressivo, passando de 597.033 vínculos em 2024 para 661.921 em 2025, acréscimo de 64.888 vínculos, equivalente a 10,9%. Esse resultado merece destaque por indicar expansão de uma modalidade com relevância específica para a inserção de jovens no mercado de trabalho formal.

8. Observação metodológica sobre a agregação dos tipos de vínculo

A Nota Técnica da RAIS ano-base 2023 registrou que a entrada do Grupo 4 do eSocial, composto por órgãos públicos e organizações internacionais, produziu impacto relevante na classificação dos tipos de vínculo. Naquele momento, observou-se migração de vínculos anteriormente declarados como estatutários para categorias associadas a contratos por lei municipal ou estadual.

Essa mudança decorre do fato de que as categorias de trabalhadores do eSocial não correspondem diretamente aos tipos de vínculo historicamente utilizados na RAIS. Assim, foi necessário adotar procedimento de agregação estatística baseado em um conjunto de variáveis, de modo a preservar a coerência analítica da série e aproximar as categorias do eSocial das categorias tradicionalmente utilizadas na RAIS.

Desde então, a agregação adotada passou a considerar os contratos regidos por lei municipal e por lei estadual dentro do grupo de estatutários, e não mais no grupo “Outros”. Essa decisão metodológica tem o objetivo de reduzir distorções na leitura dos vínculos públicos e assegurar maior consistência na análise da composição do emprego formal. A Nota Técnica da RAIS 2023 registra expressamente que o tipo de vínculo da RAIS não apresenta correspondência direta com as categorias de trabalhadores do eSocial e que, por isso, foi necessária a agregação de informações para obter correspondência estatística com os tipos de vínculo da RAIS.

Para a RAIS 2025, essa mesma lógica de agregação permanece relevante. O crescimento expressivo dos contratos por lei municipal, dos contratos por lei estadual e dos estatutários não efetivos deve ser analisado à luz desse processo de consolidação da captação pelo eSocial e da adequação metodológica da classificação dos tipos de vínculo.

Na prática, essa decisão metodológica é essencial para a preservação da interpretabilidade da série. Sem essa reclassificação, parte relevante dos vínculos públicos seria deslocada para categorias residuais, dificultando a leitura da evolução do emprego público e ampliando artificialmente o peso do grupo “Outros”.

9. Vínculos celetistas não típicos

Desde janeiro de 2023, o Ministério do Trabalho e Emprego passou a incorporar, nas divulgações estatísticas do mercado de trabalho formal, a distinção entre vínculos celetistas típicos e não típicos. Essa segmentação busca ampliar a transparência sobre a composição do emprego formal, permitindo diferenciar vínculos com características tradicionais daqueles associados a formas contratuais específicas ou jornadas reduzidas.

Na RAIS 2025, foram considerados vínculos celetistas não típicos aqueles associados a uma ou mais das seguintes condições:

- a) trabalho temporário regido pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974;
- b) contrato de trabalho intermitente;
- c) vínculos mantidos por CAEPF ou CEI não vinculados a empresas;
- d) vínculos com jornada de trabalho de 30 horas ou menos ou registros de trabalho parcial;
- e) contratos de aprendizagem.

Em 2025, os vínculos celetistas não típicos totalizaram 5.052.523, correspondendo a 10,68% do total de vínculos celetistas considerados nessa segmentação. O resultado indica estabilidade em relação a 2024, quando a proporção havia sido de 10,75%, e a 2023, quando havia sido de 10,70%.

A maior concentração de vínculos não típicos ocorreu entre trabalhadores com jornada de 30 horas ou menos, que totalizaram 2.908.729 vínculos. Em seguida, destacaram-se os trabalhadores vinculados a CAEPF ou CEI, com 1.422.938 vínculos; os aprendizes, com 661.921; os trabalhadores intermitentes, com 539.703; os trabalhadores em regime parcial, com 386.808; e os temporários, com 247.256.

A estabilidade da proporção de vínculos não típicos sugere que o crescimento dessas modalidades acompanhou, de forma relativamente proporcional, a expansão do conjunto dos vínculos celetistas. Ainda assim, a composição interna desses vínculos merece acompanhamento, especialmente no caso dos contratos intermitentes e dos vínculos com baixa jornada contratual.

10. Trabalhador intermitente e conceito de vínculo ativo

A modalidade de trabalho intermitente foi instituída pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, e passou a integrar as estatísticas da RAIS e do CAGED desde sua implementação.

O contrato intermitente possui característica específica: a existência de contrato formal de trabalho em vigência não implica necessariamente prestação contínua de serviços nem remuneração em todos os meses do ano. O trabalhador pode ser convocado ou não para trabalhar durante o período de vigência contratual.

Historicamente, as estatísticas da RAIS consideram como vínculos ativos aqueles contratos formais vigentes em 31 de dezembro do ano-base. Esse conceito permanece adequado para a mensuração do estoque formal, mas requer atenção específica no caso dos contratos intermitentes, pois pode haver vínculos ativos sem remuneração ou sem horas trabalhadas no período de referência.

Em 2025, foram identificados 539.703 vínculos intermitentes entre os vínculos celetistas. Esse número representa crescimento em relação a 2024, quando havia 459.188 vínculos intermitentes, e em relação a 2023, quando o total era de 407.027.

Esse crescimento, contudo, deve ser interpretado com cautela. A especificidade do contrato intermitente está no fato de que a vigência formal do vínculo não implica necessariamente prestação efetiva de trabalho nem remuneração no mês de referência. No ano base de 2025, 70,5% dos vínculos intermitentes não apresentaram horas trabalhadas e, portanto, não tiveram remuneração. Em 2024 esse número era de 66,1% e em 2023, essa proporção era de 61,8%.

Dessa forma, parte relevante dos vínculos intermitentes pode ser caracterizada como vínculo formal ativo sem remuneração efetiva no período de referência. Esse aspecto é fundamental para a interpretação do estoque da RAIS, pois o vínculo ativo capta a existência jurídica do contrato, mas não necessariamente a ocorrência de trabalho remunerado naquele mês.

Essa distinção também é relevante para a análise da remuneração média. A ampliação de vínculos formais com baixa ou nenhuma remuneração no mês de referência pode influenciar os indicadores agregados, especialmente quando analisados em conjunto com o crescimento de vínculos de menor remuneração média em determinados segmentos, regiões ou modalidades contratuais.

11. Agentes públicos, vínculos temporários e cargos em comissão

A expansão dos vínculos no setor público em 2025 merece atenção específica, especialmente em razão do crescimento de categorias associadas a vínculos não efetivos, contratos por tempo determinado e cargos exclusivamente em comissão.

Entre os agentes públicos registrados na RAIS 2025, observa-se que mais da metade encontrava-se em cargos efetivos. Dos 12,6 milhões de agentes públicos, 63%, ou aproximadamente 8 milhões, estavam em cargos efetivos. Outros 26%, correspondentes a 3.300.037 vínculos, eram servidores públicos contratados por tempo determinado, sujeitos a regime administrativo especial definido em lei própria. Além disso, 11%, ou aproximadamente 1,34 milhão de vínculos, correspondiam a servidores em cargos exclusivamente em comissão.

Esse resultado sugere que a expansão recente do emprego formal no setor público não decorre apenas do aumento de vínculos efetivos tradicionais, mas também da ampliação de modalidades contratuais específicas utilizadas por estados e municípios.

A análise ocupacional indica presença relevante dessas formas de vínculo em ocupações associadas à educação, saúde, assistência social, administração pública e serviços gerais. Entre as ocupações com maior concentração de vínculos temporários ou comissionados em relação aos efetivos, destacam-se professores, assistentes administrativos, auxiliares de escritório, técnicos de enfermagem, enfermeiros, supervisores administrativos, auxiliares de desenvolvimento infantil, vigias, médicos clínicos, assistentes sociais e trabalhadores de serviços de limpeza e conservação.

Esse padrão é consistente com a relevância dos governos estaduais e municipais na oferta de serviços públicos intensivos em trabalho, como educação básica, saúde, assistência social, segurança, limpeza urbana e administração pública local.

Do ponto de vista estatístico, recomenda-se que os resultados do setor público sejam analisados não apenas pelo estoque total, mas também pela composição dos vínculos segundo efetividade, regime jurídico, modalidade contratual e ocupação.

12. Remuneração

Entre 2024 e 2025, a remuneração média real dos vínculos formais apresentou relativa estabilidade, passando de R\$ 4.457,46 para R\$ 4.434,38, variação de -0,5%. Os valores foram deflacionados pelo INPC-IBGE a preços de dezembro de 2025.

Essa pequena redução da remuneração média real não deve ser interpretada, necessariamente, como redução generalizada dos salários individuais. Parte desse movimento pode refletir efeito de composição, decorrente da entrada expressiva de vínculos em segmentos, entes federativos, ocupações e modalidades contratuais com remunerações médias inferiores à média nacional.

Esse efeito é particularmente relevante em 2025, considerando o crescimento expressivo dos vínculos no setor público municipal e estadual, bem como em segmentos dos serviços intensivos em mão de obra. A ampliação de vínculos nessas áreas pode reduzir a média agregada mesmo em um contexto de estabilidade ou crescimento da remuneração em outros grupos.

Também merece atenção a heterogeneidade interna do setor público. O Sumário Executivo da RAIS 2025 aponta que, enquanto os servidores públicos em cargos efetivos tiveram aumento da remuneração média de 3,8%, passando de R\$ 8.444,81 para R\$ 8.766,32, houve decréscimo de 4,8% para os servidores públicos contratados por tempo determinado em regimes especiais e legislação específica, cuja remuneração média passou de R\$ 3.724,17 para R\$ 3.546,78. Entre os servidores em cargos exclusivamente em comissão, a redução foi de 8,4%, passando de R\$ 5.653,35 para R\$ 5.180,33.

Esse comportamento reforça a necessidade de separar a análise remuneratória por tipo de vínculo público. A expansão de contratos temporários, cargos em comissão e vínculos não efetivos pode afetar a remuneração média agregada do setor público, mesmo quando os vínculos efetivos apresentam crescimento real de remuneração.

Por esse motivo, recomenda-se que a análise remuneratória da RAIS considere, além da média geral, a mediana, os recortes por agrupamento de atividade econômica, natureza jurídica, ocupação, escolaridade, região, sexo, raça ou cor e tipo de vínculo.

13. Raça ou cor

A variável raça ou cor na RAIS historicamente apresenta limitações, uma vez que se trata de informação autodeclarada e nem sempre preenchida adequadamente pelos estabelecimentos. No caso dos órgãos públicos, havia limitação adicional: antes da implantação integral do eSocial para o Grupo 4, os dados de raça ou cor dos trabalhadores estatutários eram contabilizados majoritariamente como “não classificado”.

A Nota Técnica da RAIS 2023 registrou que, em 2022, 94,2% dos vínculos de trabalhadores estatutários estavam contabilizados como “não classificado”. Em 2023, com a implementação do eSocial também pelos órgãos públicos, esse percentual passou a zero em todas as categorias de tipo de vínculo, permitindo uma informação mais completa sobre raça ou cor no mercado de trabalho formal.

Na RAIS 2025, essa melhoria permanece como um dos efeitos positivos da consolidação do eSocial. A eliminação da categoria “não classificado” para os vínculos públicos amplia a capacidade de análise das desigualdades raciais no mercado de trabalho formal, inclusive no setor público.

Em 2025, observou-se crescimento do estoque de vínculos para pessoas pardas, pretas e indígenas. Entre os vínculos celetistas, os trabalhadores pardos aumentaram 9,8%, com acréscimo de 2.339.518 vínculos; os trabalhadores pretos cresceram 9,6%, com aumento de 393.591 vínculos; e os trabalhadores indígenas cresceram 10,3%, com acréscimo de 19.758 vínculos.

Esses resultados devem ser interpretados considerando simultaneamente a dinâmica do mercado de trabalho e a melhoria da qualidade da informação declarada. A maior completude da variável raça ou cor aumenta a capacidade da RAIS de subsidiar estudos sobre desigualdades raciais, políticas de equidade e monitoramento da composição do emprego formal.

14. Estabelecimentos declarantes e RAIS Negativa

Além da base de vínculos, a RAIS também permite acompanhar a estrutura dos estabelecimentos declarantes. A obrigatoriedade de declaração alcança tanto estabelecimentos com empregados quanto estabelecimentos sem vínculos ativos no ano-base, por meio da chamada RAIS Negativa.

Em 2025, a RAIS registrou 562.262 estabelecimentos com zero empregados, aumento de 6.754 estabelecimentos em relação a 2024, variação de 1,2%.

A presença de estabelecimentos sem vínculos ativos é relevante para a leitura da estrutura produtiva formal. Esses registros indicam unidades formalmente existentes que não mantinham empregados no ano-base, podendo representar empresas em fase inicial, empresas sem contratação direta, unidades sem atividade laboral registrada ou estabelecimentos que operam sem empregados formais.

Entre os estabelecimentos com empregados, destacaram-se aqueles com 1 a 4 empregados, que totalizaram aproximadamente 2,7 milhões em 2025, correspondendo a 56,7% dos estabelecimentos com vínculo. Também houve crescimento no número de estabelecimentos de maior porte: em 2025, aproximadamente 66.831 estabelecimentos tinham mais de 100 empregados, aumento de 2.277 em relação ao ano anterior.

Dessa forma, a base de estabelecimentos complementa a análise da base de vínculos, permitindo avaliar não apenas o crescimento do emprego formal, mas também a distribuição dos vínculos segundo porte e estrutura dos estabelecimentos empregadores.

15. Desigualdade das remunerações

Além da remuneração média e mediana, a RAIS permite acompanhar indicadores de distribuição das remunerações, como o Índice de Gini. Na RAIS 2025, o Índice de Gini das remunerações permaneceu relativamente estável, em torno de 0,4502, indicando que a expansão do estoque formal não produziu alteração brusca na estrutura agregada de desigualdade remuneratória.

A estabilidade do indicador deve ser interpretada em conjunto com a composição do crescimento do emprego formal. Embora o estoque tenha crescido de forma expressiva, especialmente no setor público municipal e estadual e nos serviços, a distribuição geral das remunerações não apresentou mudança estrutural abrupta no agregado nacional.

Esse resultado reforça a importância de analisar a expansão do emprego formal de forma combinada com indicadores de qualidade e distribuição do trabalho, incluindo remuneração média, remuneração mediana, desigualdade, tipo de vínculo, jornada contratual e características individuais dos trabalhadores.

16. Tratamento de Dados e Variáveis Processadas (Pós-2023)

A partir do ano-base 2023, com a transição integral para o eSocial, o Ministério do Trabalho e Emprego implementou rotinas de reprocessamento e tratamento de variáveis para mitigar inconsistências declaratórias e garantir a fidedignidade da série histórica. Para a RAIS 2025, os seguintes tratamentos foram aplicados:

1. Identificação de Vínculos Abandonados

Visando evitar o superdimensionamento do estoque formal por registros inativos, foi criada a variável de **Vínculo Abandonado**. São classificados nesta categoria os vínculos que atendem cumulativamente aos seguintes critérios:

- Não possuem desligamento formal registrado no eSocial;
- Não apresentaram remuneração informada ao longo de todo o ano-base;
- O estabelecimento empregador (CNPJ) encontra-se em situação "diferente de ativa" junto à Receita Federal.

Em 31 de dezembro de 2025, foram identificados **720.825 vínculos abandonados**, os quais foram segregados do estoque principal de **59.970.945 vínculos ativos**.

2. Qualificação da Informação de Raça ou Cor (Tratada)

Para aprimorar a qualidade estatística e reduzir a incidência da categoria "Não Identificada", foi aplicada uma rotina de consistência interna dentro do próprio ano-base 2025. O procedimento seguiu as seguintes etapas:

- **Identificação:** Selecionam-se todos os vínculos que apresentam a informação de raça/cor nula ou como "Não Informada" (código 6).
- **Cruzamento por CPF:** O sistema busca, dentro do conjunto de vínculos ativos do próprio ano de 2025, se o mesmo CPF possui outros registros onde a raça/cor foi devidamente preenchida.
- **Critério de Desempate:** Caso o trabalhador possua múltiplos vínculos com declarações distintas de raça/cor no mesmo ano, o algoritmo seleciona a informação contida no vínculo que apresenta a data de alteração mais recente.
- **Resultado:** Esta variável tratada é a utilizada na divulgação oficial, permitindo uma análise mais fidedigna das desigualdades no mercado de trabalho. Em 2025, essa rotina permitiu recuperar a informação de 1.587.859 vínculos que, originalmente, estariam sem identificação.

3. Correção de Escolaridade por Requisito Legal (Tratada)

Foi implementada uma rotina de crítica para cargos que possuem requisitos legais mínimos de escolaridade. Em casos de erros evidentes de preenchimento (ex: profissionais em ocupações de nível superior, como jornalistas ou médicos, registrados como analfabetos), a escolaridade é ajustada para o patamar mínimo exigido pela profissão ou para a última escolaridade válida informada pelo trabalhador em outros vínculos.

- **Impacto em 2025:** O reprocessamento resultou em uma redução de registros nas faixas de escolaridade básica (Analfabeto a Médio Completo) e um incremento de **3.228.787 vínculos** na categoria **Superior Completo** em comparação aos dados originais.

4. Ocupações Militares e de Segurança no Setor Privado

Identificou-se a presença de vínculos registrados sob o **Grande Grupo 0 da CBO** (Membros das Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares) em estabelecimentos de natureza jurídica privada.

- Para esses casos, foi criada uma **nova variável de CBO**, que reclassifica esses registros específicos como "Não Identificado".
- Essa medida visa evitar distorções estatísticas, garantindo que ocupações exclusivas de carreiras de Estado não sejam contabilizadas indevidamente como atividades do setor privado nas tabelas de ocupação. Em 2025, essa reclassificação atingiu **1.087 vínculos**.

17. Inconsistência na Declaração de Militares

Registra-se que a base de dados da RAIS 2025 apresenta uma lacuna específica quanto ao grupo de militares, decorrente da ausência de prestação de informações via eSocial:

- **Cobertura de Rendimentos:** Apenas **15% dos vínculos militares** ativos possuem remunerações declaradas ao longo do ano.
- **Remuneração de Dezembro:** Não houve declaração de valores de remuneração relativos ao mês de dezembro para **nenhum vínculo** deste grupamento.

18. Inconsistências na Declaração de Remuneração Municipal

Durante a fase de crítica e saneamento da RAIS 2025, identificou-se um fenômeno de omissão parcial de dados por parte de entes federativos. Trata-se de municípios que, embora tenham cumprido a obrigação

de declarar a existência dos vínculos estatutários e celetistas via eSocial, não transmitiram as informações de remuneração mensal para a totalidade do ano-base de 2025.

1. Dimensão da Omissão

Esta inconsistência foi observada em 493 entes públicos (sendo 353 prefeituras ou órgãos municipais). Para a relação completa dos entes que apresentaram essa pendência declaratória, veja o Anexo I ao final desta Nota Técnica. O problema impacta um contingente de 116.622 vínculos ativos em todo o setor público, dos quais 44.675 vínculos (cerca de 0,4% do estoque total do setor público municipal) referem-se especificamente à esfera municipal.

2. Impacto nos Indicadores Remuneratórios

A ausência dessas informações exige cautela na interpretação dos dados salariais agregados, uma vez que:

- **Subestimação da Massa Salarial:** A massa salarial total do setor público apresenta-se subdimensionada nesses recortes geográficos.
- **Distorção da Média Real:** Como o cálculo da remuneração média utiliza apenas os valores efetivamente informados, a média salarial desses municípios pode não refletir o padrão real de vencimentos da categoria.
- **Tratamento Estatístico:** Para fins de divulgação do estoque, esses vínculos são mantidos (pois a existência jurídica do emprego foi confirmada). Nas bases de microdados, a ausência de remuneração é identificada pela vacância dos campos de rendimento mensal ou pela presença de valores nulos (R\$ 0,00) durante os meses de omissão, evitando-se qualquer tipo de imputação estatística que pudesse gerar dados artificiais. Esta situação reforça a necessidade de continuidade das ações de capacitação e monitoramento junto aos órgãos públicos municipais para a completa convergência ao modelo de declaração do eSocial.

19. Considerações finais

A RAIS ano-base 2025 registrou novo crescimento do emprego formal no Brasil, alcançando 59.970.945 vínculos ativos em 31 de dezembro. O aumento de 2.838.789 vínculos em relação a 2024 corresponde a crescimento de 5,0% do estoque formal.

O resultado confirma a expansão do mercado de trabalho formal no período recente, mas sua interpretação requer atenção à composição desse crescimento. Entre 2023 e 2025, foram gerados 6.570.152 vínculos formais, dos quais cerca de 2,16 milhões corresponderam a vínculos no setor público. Esse dado evidencia o peso da administração pública, especialmente municipal e estadual, na dinâmica recente captada pela RAIS.

A expansão dos vínculos públicos ocorreu acompanhada de crescimento expressivo de contratos por lei municipal, contratos por lei estadual e estatutários não efetivos. Esse movimento reforça a necessidade de analisar o setor público não apenas pelo estoque total, mas também pela composição dos vínculos segundo efetividade, modalidade contratual, regime jurídico e ocupação.

A RAIS 2025 também mostra estabilidade na participação dos vínculos celetistas não típicos, que corresponderam a 10,68% do total considerado nessa segmentação. Entre essas modalidades, destacam-se os vínculos com jornada de 30 horas ou menos, os vínculos associados a CAEPF ou CEI, os aprendizes e os trabalhadores intermitentes.

No caso dos intermitentes, a interpretação do estoque exige cautela adicional, pois a existência de vínculo formal ativo não implica necessariamente remuneração ou horas trabalhadas no mês de referência. A elevada proporção de vínculos intermitentes sem horas trabalhadas reforça a importância de distinguir vínculo ativo de trabalho efetivamente prestado.

A análise remuneratória também deve considerar os efeitos de composição. A pequena redução da remuneração média real em 2025 não deve ser interpretada automaticamente como queda generalizada de salários, pois decorre, em parte, da mudança na composição dos vínculos, especialmente pela expansão de vínculos municipais, estaduais, temporários, comissionados e de serviços intensivos em mão de obra.

Por fim, a RAIS 2025 consolida avanços decorrentes da captação integral pelo eSocial, especialmente na cobertura das informações e na melhoria de variáveis historicamente limitadas, como raça ou cor no setor público. Ao mesmo tempo, essa consolidação exige atenção metodológica permanente quanto à classificação dos tipos de vínculo, à composição do setor público, à interpretação dos vínculos não típicos e aos efeitos de composição sobre os indicadores remuneratórios.

Dessa forma, os resultados da RAIS 2025 devem ser utilizados como retrato abrangente do mercado de trabalho formal brasileiro, observadas as especificidades metodológicas decorrentes da transição e consolidação da captação das informações pelo eSocial.